

O governo Geisel: estratégia de desenvolvimento e coordenação da política econômica

João Paulo dos Reis Velloso*

1. A Estratégia do Governo Geisel

A alternativa mais válida que se tem apresentado à “estratégia de 1974”, adotada pelo governo Geisel, consistiria num ajuste à primeira crise do petróleo baseado na mudança drástica dos preços relativos – principalmente a taxa de câmbio e os preços de derivados de petróleo –, objetivando conter importações e estimular exportações (Carneiro, 1994; Rabelo de Castro, 1983). Essa ação seria seguida de forte contenção da demanda global, para impedir que o superaquecimento já herdado do período anterior transformasse o choque de preços relativos em inflação permanente. “Alguns inflação corretiva e alguma recessão seriam inevitáveis, e quanto maior a indexação e menor a credibilidade, mais prolongada seria a sucessão.”¹

A estratégia de 1974 tem sido, com frequência, mal interpretada. Convém, por isso, reexaminá-la. Vamos fazê-lo a partir da idéia básica de que constituiu um ajustamento centrado em dois componentes essenciais.

O primeiro foi um ajuste macroeconômico baseado, de um lado, numa desaceleração gradual (não repentina) da economia, e num ataque ao *déficit* da balança comercial, que não envolveu uma maxidesvalorização, mas compreendeu diversas outras medidas corretivas, algumas delas drásticas.

A desaceleração econômica, na verdade, foi significativa: trouxe a taxa de crescimento do PIB, de 14% em 1973 para o nível de cerca de 5% em 1977 e 1978 (a anomalia de 1976 será comentada oportunamente).

A correção do brutal desequilíbrio da balança comercial, surgido em 1974, foi objetivada, do lado das exportações, através de um conjunto de incentivos (principalmente o crédito fiscal, mantido em nível 40% mais elevado que o do período anterior, e os subsídios creditícios), além da preservação do sistema de minidesvalorizações cambiais. No período 1974-78, o resultado obtido no câmbio foi, em relação ao dólar, a manutenção da taxa cambial em termos reais, e, em relação a uma cesta de moedas dos nossos principais parceiros, uma desvalorização real de 6%.

Do lado das importações, as decisões adotadas incluíram restrições quantitativas, elevação de tarifas e estabelecimento de depósito prévio.

*Coordenador do Fórum Nacional e presidente do Ibmecc. Ex-ministro do Planejamento.

¹Ver, a propósito, a colocação de Carneiro (1994:196).

Como todas essas medidas se incorporam ao conceito de câmbio real efetivo (Cysne, 1994:17), tivemos, na verdade, um sistema de taxas múltiplas de câmbio, tanto do lado das exportações como das importações. E, assim, de fato, uma desvalorização real substancial. Não é, pois, de admirar que, a partir de 1975, as exportações tenham crescido bastante e que as importações tenham sido fortemente contidas.

A pergunta óbvia é por que não se partiu diretamente para uma substancial desvalorização real, usando o mecanismo cambial, de caráter geral e impessoal, em lugar de tantas medidas de sentido mais casuístico.

As razões foram várias. Havia hesitação em abandonar o sistema de minidesvalorizações, que “muito ajudou no fomento às exportações e na regularização do mercado de câmbio oficial” (Cysne, 1994:16), inclusive evitando a especulação cambial. Igualmente, o mecanismo de créditos fiscais às exportações vinha dando bons resultados, em impulsionar aqueles setores mais promissores (como têxteis, calçados e indústria automobilística). Além disso, a maxidesvalorização teria vários inconvenientes, a começar pelo forte efeito sobre a inflação, numa economia altamente indexada. Havia ainda o problema do risco cambial para as empresas privadas e públicas, endividadas em moeda estrangeira.

O segundo componente básico da estratégia de 1974 foi, como é sabido, o grande programa de reestruturação da oferta, através do II PND: os investimentos maciços em insumos básicos (siderurgia, petroquímica, metais não-ferrosos, papel e celulose), em bens de capital e em energia (petróleo, energia elétrica, álcool). Complementarmente, desaceleraram-se as indústrias de bens duráveis de consumo (notadamente a indústria automobilística) e, dentro da infra-estrutura, os setores de transporte rodoviário e comunicações (que já haviam tido enorme expansão no período do “milagre” e que não eram prioritários para o ajuste externo).

Essencialmente, atribuiu-se papel estratégico à manutenção de uma alta taxa de investimentos, que, concentrados naquelas áreas de alta prioridade, expandissem rapidamente a produção de bens internacionais (os *tradables*), tanto substituidores de importações como destinados à exportação.

Esse desenvolvimento de novas vantagens comparativas dinâmicas – as prioridades de investimentos tinham todas esse caráter – era necessário para alterar estruturalmente a economia brasileira, com vistas a modificar-lhe as relações com o exterior e permitir-lhe ter condições para voltar a crescer rapidamente, dentro do mundo do petróleo caro e, em geral, das novas condições da economia mundial.

Tal mudança estrutural se impunha, tendo em vista que o choque do petróleo representou, ao mesmo tempo, a criação de um dramático déficit na balança comercial e a inviabilização do estilo de crescimento adotado no período anterior, dependente de amplas importações de petróleo e matérias-primas, além de bens de capital (Barros de Castro, 1985).

Realmente, de um virtual equilíbrio em 1973, a balança comercial saltou para um déficit de US\$4,7 bilhões em 1974 (com gastos de US\$2,8 bilhões em petróleo e

US\$5,6 bilhões em outras matérias-primas). E o déficit em conta corrente, que fora de 1,8% do PIB em 1973, passou a 6,7% no ano seguinte.

O efeito global da crise sobre a nossa balança comercial no período 1974-78 foi quantificado por um estudo da FGV, Funcex e OCDE (1981): o impacto da queda da relação de trocas, somado ao da retração das exportações (decorrente da desaceleração da demanda externa), significou uma perda *anual* para o Brasil, correspondente a 2,7% do PIB (a preços médios 1971-73).

Apresentada desta forma a estratégia de 1974, vê-se a falta de propósito de certas posições, que consideram haver o Brasil recorrido ao *financiamento* para deixar de fazer o *ajustamento*, após a primeira crise do petróleo. A crítica implícita é de haver o governo subestimado o seu impacto e/ou procurado adiar as medidas corretivas, por considerar a crise temporária.

O problema não era esse, pois fica evidente que houve ajuste, tanto em termos de desaceleração econômica como de variação de preços relativos. E, além disso, o governo se engajou num gigantesco programa de reestruturação da oferta, que envolveu em larga escala tanto o sistema de estatais quanto a iniciativa privada, nacional e estrangeira. Isso não é comportamento de quem quer adiar um ajuste.

Mas havia, sim, um problema, que é importante tornar claro. Ou melhor, havia dois tipos de problema.

O primeiro, como observou Barros de Castro (1985:39), correspondia à dificuldade de prever ou controlar a taxa de crescimento ano a ano. Existia uma difícil questão de sintonia fina para o governo: como manter a economia numa trajetória que evitasse a recessão (ou estagnação) mas, ao mesmo tempo, permitisse realizar os investimentos prioritários do II PND, mantendo sob controle o déficit comercial e a inflação. Na verdade, só a partir do segundo semestre de 1976 é que se definiria (como veremos na próxima seção) uma diretriz capaz de assegurar esse resultado.

Torna-se, então, importante ressaltar que tal dificuldade de sintonia fina era inerente à estratégia econômica, devendo ser resolvida dentro do mecanismo de coordenação do governo. E, pois, não resultava de conflito de posições entre a área da Fazenda e a do Planejamento.

E por que esse difícil equilíbrio era necessário? Porque a recessão (ou a estagnação), além do problema social, simplesmente inviabilizaria o programa de investimentos do II PND. A realização deste estava ligada à desaceleração gradual. Do contrário, como engajar o setor privado em planos de expansão ou projetos novos de enorme escala (relativamente ao tamanho da empresa), num clima de recessão nacional, em acréscimo à crise mundial?

O segundo tipo de problema que o governo enfrentava correspondia à tendência a subestimar o prazo de gestação dos projetos. Em se tratando de grande número de projetos, e de projetos, em geral, muito grandes, era natural que ocorressem problemas de escassez de recursos ou de atraso na execução. Por isso, os resultados completos da safra de projetos da estratégia de 1974 só foram aparecer na altura de 1983/84, trazendo a súbita emergência dos megasuperávits na balança comercial.

2. O Sistema de Coordenação da Política Econômica

Já que estamos falando de problemas de implementação do programa governamental, faz-se oportuno examinar, rapidamente, como funcionava a coordenação da política econômica no governo Geisel, para, em seguida, considerar duas situações em que ela se fez particularmente necessária.

A coordenação geral da política econômica era feita no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), presidido pelo próprio presidente da República. O CDE se reunia toda semana, com a regularidade de uma diretoria de empresa. As decisões eram do presidente, mas num ambiente de livre discussão entre os ministros, e de receptividade, por parte do presidente, às opiniões formuladas.

No CDE, além da avaliação permanente da situação econômica, aprovavam-se as diretrizes anuais para a política econômica; a programação financeira anual do governo (ou seja, a execução orçamentária, que nunca envolvia cortes de dotações, sendo a liberação destas automática); os diferentes programas de investimentos constitutivos do II PND; os relatórios de acompanhamento da execução do mesmo plano.

Havia uma divisão de trabalho natural, no dia-a-dia da política econômica, entre o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Planejamento da Presidência (Seplan).

A coordenação da política de curto prazo (combate à inflação, política monetária e de crédito, política de balanço de pagamentos) cabia à Fazenda, que, para isso, presidia o Conselho Monetário Nacional e supervisionava o Banco Central, o sistema financeiro, a Secretaria da Receita Federal, entre outros mecanismos.²

A coordenação da elaboração e do acompanhamento da execução do orçamento federal e dos programas de investimentos do PND ficava na alçada do Planejamento (que supervisionava o BNDES, a Finep e o CNPq).

Evidentemente, qualquer divisão de trabalho está sujeita a diferenças de orientação. Por serem elas, eventualmente, inevitáveis, os ministros da Fazenda e do Planejamento sempre adotaram a prática de, surgindo qualquer divergência, discuti-la entre si, até que fosse possível levar ao presidente uma posição conjunta, para decisão final.

Como ilustração desse fato, vale a pena examinar melhor a questão da sintonia fina das taxas de crescimento. Foi essa uma das situações que exigiram particular esforço do mecanismo de coordenação.

A verdade é que o governo Geisel fez duas tentativas de definir a trajetória de desaceleração da economia (em 1975 e em 1976), e só na segunda teve sucesso.

Como a economia vinha superaquecida desde 1973, usou-se a política monetária para desaquecê-la, no segundo semestre de 1974. O desaquecimento continuou em

² Cabe lembrar que nessa época foi criada a CVM e aprovada a nova Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), ambas as medidas por iniciativa do ministro da Fazenda.

1975, de tal modo que a taxa de crescimento da produção industrial chegou a tornar-se negativa. Mas tal foi a reação do país, e principalmente do empresariado, que o governo recuou, reaquecendo a economia, e o ano de 1975 terminou com uma expansão do PIB de 5,2%.

O reaquecimento continuou em 1976, e excedeu todas as expectativas. De tal modo que, em setembro, o ministro da Fazenda, em documento levado ao presidente, diagnosticou crescimento excessivo da economia, acarretando a tendência a um insucesso do governo, naquele ano, tanto no tocante à inflação quanto ao balanço dos pagamentos.

Diante disso, preconizava o desaquecimento da demanda, tanto através da política monetária como da política fiscal. Para este último fim, o caminho seria uma contenção do programa de investimentos públicos.

Tal documento foi analisado pelo ministro do Planejamento, em texto de outubro, também dirigido ao presidente. Nessa apreciação, aceitava ele o diagnóstico e a solução propostos pelo ministro da Fazenda, desde que, na contenção dos investimentos, se preservassem aqueles de alta prioridade para o II PND.

Posteriormente, os dois ministros submeteram à aprovação presidencial, de comum acordo, um plano de ação para 1977. Com base nele, o ministro do Planejamento apresentou ao presidente a proposta de fixação dos limites de investimentos das estatais para o mesmo ano (segundo se fazia anualmente), com duas características: uma redução considerável no hiato entre poupança e investimento das estatais; e a preservação das prioridades do PND.

Ambas as propostas receberam aprovação presidencial. E nessa ocasião se definiu uma diretriz importante, que não apenas orientou a política de desaceleração do crescimento até o final do governo, mas que também constituiu o primeiro sinal importante de estar sendo revisto o estilo de formulação de política econômica do “desenvolvimentismo”.

Tal diretriz consistiu em que, diferentemente do que se costumava fazer nos programas de governo, não mais haveria a definição de uma meta de crescimento. A orientação a adotar, pelo menos enquanto durasse a crise, seria de fazer o ajuste quanto ao balanço de pagamentos e quanto à inflação. E o crescimento seria o maior possível, uma vez realizados aqueles dois ajustes. (É pena que os governos seguintes não tenham levado em conta esse novo estilo de planejamento. Muita crise teria sido evitada.)

A outra situação que exigiu especial esforço do mecanismo de coordenação do governo foi a propósito da controvérsia sobre o tratamento a ser dado ao capital estrangeiro.

Em agosto de 1975, houve em Salzburgo (Áustria) um seminário de muito sucesso, sob o patrocínio da Anfavea e de outras entidades de classe, destinado a estimular grandes empresas européias a realizarem novos investimentos no Brasil. Os ministros da Fazenda e do Planejamento, em seus pronunciamentos, reafirmaram a posição tradicional do governo, favorável ao aumento do fluxo de investimentos

estrangeiros para o país. Acontece que, simultaneamente, no Brasil, o ministro da Indústria e Comércio fazia pronunciamento restritivo a investimentos de empresas multinacionais.

A partir disso, sucederam-se as manifestações empresariais, inclusive em conferência realizada em Brasília, de perplexidade ante a divergência pública, na área econômica do governo, com relação ao tema do investimento externo.

O encaminhamento dado ao problema foi a realização de uma reunião do CDE para discutir o assunto, com base num *paper* elaborado pelo ministro da Fazenda. O trabalho foi apresentado, reafirmando a disposição do governo, de não estabelecer discriminação contra a empresa estrangeira e de acolher favoravelmente a elevação de seus investimentos. Todos os membros do CDE se manifestaram, inclusive o ministro da Indústria, e após o debate, o presidente se pronunciou, dizendo que a partir daquele momento a posição oficial do governo estava definida, na forma das recomendações propostas pelo ministro da Fazenda.

3. Questões Controvertidas do Governo Geisel

Além da estratégia de 1974, o governo Geisel tem suscitado discussão em outros aspectos. Vale referir dois deles: a questão dos projetos controvertidos e a da estatização.

No primeiro caso, dúvidas têm sido levantadas principalmente a respeito do Programa Nuclear e da Ferrovia do Aço (aliás desativada, por decisão do presidente Geisel). Poder-se-ia incluir ainda a Açominas, mas esta deixou de ser controvertida a partir do momento em que foi reciclada para projeto de exportação. Sem entrar no mérito desses empreendimentos, o ponto que aqui assinalamos é que os projetos controvertidos (repetindo, Acordo Nuclear e Ferrovia do Aço) representaram pequena parcela do investimento das empresas estatais, no governo Geisel. Mais especificamente: em 1978, ano em que neles mais se aplicou, o valor a eles destinado correspondeu a apenas 2,7% do investimento das 10 maiores estatais.

No tocante à estatização, a denúncia em geral se baseia no argumento de que houve gigantescos programas de investimentos das grandes estatais.

Na verdade, como já vimos, houve um grande programa de investimentos nos setores prioritários do II PND (repetindo: insumos básicos, bens de capital, petróleo, energia elétrica), devido à sua importância para a reestruturação da oferta (e conseqüente efeito sobre o balanço de pagamentos), *independentemente de serem de responsabilidade de empresas estatais ou de empresas privadas*.

Não faltou apoio do governo a nenhum projeto privado naquelas áreas (e o benefício de correção monetária limitada a 20% foi exclusivo de empresas privadas, não sendo acessível às estatais). Foi assim que a iniciativa privada assumiu a liderança de grandes setores dinâmicos, como bens de capital e vários segmentos de insumos básicos (celulose e papel, petroquímica, siderurgia de não-planos, por exemplo).

Se houve grandes investimentos em petróleo, energia elétrica e siderurgia de planos, isso ocorreu por serem esses setores prioritários, segundo o plano, e não por serem estatais (condição que antecedia o PND, o que significa não se estar ampliando a estatização no país).

Por outro lado, foi no governo Geisel que se iniciou o processo de colocar limites à ação dos conglomerados estatais. Aprovou-se lei submetendo as empresas estatais ao pagamento do imposto de renda, em igualdade de condições com a empresa privada. E baixou-se resolução, no âmbito do CDE, estabelecendo que a criação de qualquer subsidiária de empresa estatal passava a depender de prévia e expressa autorização do presidente da República (antes, a decisão era da própria empresa).

4. Os Resultados do Ajuste Macroeconômico

Já foi esclarecido como se conseguiu, após o fracasso de 1976, chegar a 1977 e 1978 com taxas de crescimento do PIB de 5% ao ano.

As políticas adotadas permitiram, simultaneamente, elevar as exportações de 7,5% do PIB em 1974 para 9,4% em 1978; e reduzir as importações de 11,9% do PIB para 10,1%, no mesmo período.

Entre 1973 e 1978, o aumento das exportações totais foi de 105%. O crescimento anual das exportações de industrializados foi de 27%. As importações se mantiveram praticamente constantes entre 1974 e 1977 e o aumento havido em 1978 se deveu a problemas climáticos.

A intenção era, numa primeira etapa, equilibrar a balança comercial, para obter a redução significativa do déficit em conta corrente; e, numa segunda etapa, gerar crescentes superávits comerciais, que permitissem fazer voltar o déficit em conta corrente aos níveis anteriores à crise do petróleo. Completar esse ciclo dependeria da manutenção da tendência a aumento da participação das exportações no PIB e a redução da participação das importações.

Na prática, o que se conseguiu foi trazer a balança comercial do déficit recorde de US\$4,7 bilhões em 1974 para um virtual equilíbrio em 1977 (pequeno superávit de US\$0,1 bilhão). Mas em 1978 voltou a ocorrer déficit de US\$1 bilhão, por causa de forte seca no Centro-Sul do país, que elevou importações e reduziu exportações de produtos agrícolas.

Já quanto à conta corrente, o déficit declinou do pico de 6,7% do PIB em 1974 até o nível de 3,1% do PIB em 1977 (em comparação com 1,8% em 1973). O ano de 1978, entretanto, representou uma volta a 5,1% do PIB, não apenas por causa do resultado na balança comercial mas também da elevação na conta de juros, que vinha crescendo de forma significativa desde 1975, em razão, principalmente, do aumento da dívida externa.

Já ficou claro que a estratégia de 1974 implicava o risco de elevação contínua da dívida externa, ao longo do mandato do governo Geisel: a reestruturação da oferta

levaria um número considerável de anos para ser completada (e na verdade só foi concluída em meados do governo seguinte).

E, realmente, chegou-se ao final de 1978 com uma dívida externa líquida de US\$31,6 bilhões (excluídas, pois, as reservas de US\$11,9 bilhões), elevada mas administrável, porque bem escalonada no tempo e compatível com as perspectivas então previstas para o balanço de pagamentos. Do total da dívida externa, o setor público (União, estados e municípios) respondia por cerca de 60%. Seria mais exato falar em 50 a 55%: naqueles 60% se incluía a dívida do BNDES, Banco do Brasil e outras instituições oficiais de crédito, que repassavam para o setor privado o grosso dos recursos captados (no caso do BNDES, acima de 80%).

Cabe assinalar que o endividamento externo foi essencialmente para investimento, uma vez que a taxa de poupança interna bruta alcançou o nível de cerca de 20% no período 1973-78, acima dos 18,7% do período 1970-72.

Se considerarmos a outra dimensão do ajuste, relativa à inflação, o efeito imediato da crise do petróleo foi o salto para um novo patamar: em 1974, a taxa de inflação (medida pelo IGP-DI) foi de 35%. A montanha-russa de 1975-76 resultou em taxas de 29,4 e 46,3%, respectivamente. O ajuste feito em 1977 permitiu um declínio para 38,8%, mas os problemas de safra em 1978 trouxeram a taxa de volta para 40,8%.³ Tais resultados, inclusive, ilustram a dificuldade de fazer a inflação voltar a patamares anteriores, numa economia já amplamente indexada.

5. Resultados da Estratégia de Reestruturação da Oferta

Seria possível avaliar os resultados parciais do programa de reestruturação da oferta na comparação da balança comercial de 1974 com 1978. Neste último ano o déficit das categorias de matérias-primas – não-petróleo e bens de capital – já se havia reduzido consideravelmente.⁴

Entretanto, como já assinalado, o resultado completo só se iria fazer sentir em 1984,⁵ quando, inesperadamente para muitos, surgiu o superávit na balança comercial de US\$13,1 bilhões.⁶ Naquele ano, o valor das exportações representou praticamente o dobro do das importações.

A propósito desse resultado, deve-se assinalar: na área de matérias-primas não petróleo, saltou-se de um déficit de US\$2,7 bilhões em 1974 para um superávit de US\$6,1 bilhões em 1984; e em bens de capital, de um déficit de US\$2,6 bilhões para

³Nota-se, entretanto, que, em 1978, a poupança do setor público (União, estados e municípios) ainda era bastante positiva, situando-se em cerca de 5% do PIB (Varsano, 1995, tabela 1).

⁴Ver, a propósito, Velloso (1985:248).

⁵Louve-se a inteligência do governo Figueiredo em continuar os programas prioritários do II PND e até em acelerar o programa de energia.

⁶No tocante à avaliação da estratégia de 1974, o livro de Barros de Castro (1985) e Pires de Souza já constitui, hoje, um clássico. Mais recentemente, deve-se destacar o livro de Chami Batista (1992).

um superávit de quase US\$1 bilhão, no mesmo período. Em petróleo, o déficit pico, de US\$9,8 bilhões em 1981, já havia caído para US\$5,1 bilhões em 1984.

Em síntese: a grande transformação ocorrida na nossa estrutura econômica significou que o Brasil, em sentido líquido (isto é, diferença entre importações e exportações), passou de grande importador a grande exportador de matérias-primas industriais, e de grande importador a exportador de bens de capital. Ao mesmo tempo, passou a produzir cerca de 60% do petróleo que consumia (relativamente a 20% antes da crise).

Tal resultado é bom que se considere em perspectiva.

Primeiro, começou a época dos megassuperávits comerciais, que iria durar cerca de 10 anos (até 1994), ao longo de um período de relativa estabilidade da taxa de câmbio real.

Em seguida, com tais superávits, o problema da dívida externa, em termos de balanço de pagamentos, passava a ficar resolvido. Claro, ele permaneceria em termos de orçamento, dado o fato de que em 1985 o setor público já respondia por 76% do total da dívida líquida externa (Chami Batista, 1992:145) e tinha dificuldade de gerar os recursos em moeda nacional para adquirir os dólares destinados ao pagamento do serviço da dívida.

Finalmente, o setor de insumos básicos tem sido capaz de manter sua competitividade internacional. Estudo realizado para o Fórum Nacional em 1991 assinalou que essa área ainda continuava operando “de acordo com padrões internacionais de qualidade e eficiência técnica, apesar dos transtornos advindos de uma década de instabilidade macroeconômica”.⁷ E, em verdade, até hoje constitui uma das principais categorias das exportações brasileiras.

6. O Último Capítulo

O governo Geisel preparou para o governo seguinte um documento de análise da situação e das perspectivas econômicas que foi entregue ao presidente eleito em dezembro de 1978.

Nele, a questão de quando voltar a crescer mais rapidamente foi colocada claramente, nos seguintes termos:

“No tocante às perspectivas do crescimento, a indagação a fazer é: deve o Brasil continuar crescendo a 5%? Quando será possível elevar essa taxa, para ficarmos numa escala, no prazo médio, entre 6 e 8%?

“Isso dependerá essencialmente de podermos apresentar superávits crescentes na balança de comércio, com a observação suplementar de ser a taxa de inflação declinante.

⁷O estudo é de autoria de José Tavares de Araújo Jr., Paulo Guilherme Corrêa e Marta Reis Castilho (in: Velloso (org.), 1992).

“Por quê?”

“Nosso problema é não aumentar com muita rapidez a dívida externa. Como o aumento da dívida externa líquida corresponde ao valor do déficit em conta corrente (se subtrairmos a entrada de investimento direto externo), será necessário reduzir, ano a ano, o valor absoluto do déficit em conta corrente. E isso só se fará pelo aumento do superávit na balança comercial, a fim de mais do que compensar a elevação inicial do serviço da dívida.”

A primeira fase do governo Figueiredo, tendo à frente da Secretaria de Planejamento da Presidência o ministro Mario Henrique Simonsen, foi, praticamente, uma continuação do governo Geisel. Com a diferença de que Simonsen agora acumulava os poderes de ministro do Planejamento com a presidência do Conselho Monetário Nacional, o que lhe conferia a condição de coordenador-geral da política econômica.

Plenamente consciente dos riscos que o país corria e coerente com a sua posição de que o controle tanto da inflação como do balanço de pagamentos exigia austeridade não só monetária como também fiscal, tratou logo de aprofundar as medidas de contenção de gastos do governo: nos primeiros meses já haviam surgido sinais de que novas turbulências internacionais se estavam configurando. O objetivo era, segundo declarou, reduzir a taxa de crescimento, naquele ano, a algo como 3 a 4%.

O resto da história é conhecido. Não houve condições políticas para realizar o seu programa e em agosto de 1979 o ministro Simonsen se afastou.

Referências Bibliográficas

Barros de Castro, A. Ajustamento x transformação – a economia brasileira de 1974 a 1984. In: Barros de Castro, A. & Pires de Souza, F. E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Carneiro, D. D. 1974-1980: o ajuste positivo adia a estabilização. In: Lamounier, B. et alii. *50 Anos de Brasil, 50 Anos de Fundação Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1994.

Chami Batista, J. Debt and adjustment policies in Brasil. Boulder, Colorado, USA, Westview Press, 1992.

Cysne, R. P. A economia brasileira no período militar. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, EPGE, 1994. (Ensaio Econômico, 227.)

FGV; Funcex & OCDE. Choques externos e respostas de política econômica no Brasil: o primeiro choque do petróleo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.

Rabelo de Castro, P. Macroeconomia madrastra, microeconomia mirrada. In: Moura da Silva, A. et alii. *FMI x Brasil – a armadilha da recessão*. São Paulo, Gazeta Mercantil, 1983.

Secretaria Geral do CDE. Primeiras idéias: perspectivas e prioridades. Documento preparado para o novo governo, dezembro de 1978.

Tavares de Araújo Jr., J. et alii. Oportunidades estratégicas da indústria brasileira na década de 1990. In: Velloso, J. P. R. (coord.). *Estratégia industrial e retomada do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992.

Varsano, R. Política governamental e investimentos públicos. Documento de apoio para o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil – 1996. 1995. mimeog.

Velloso, J. P. R. *O último trem para Paris*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.